

A AMAZÔNIA PRÓXIMA DE UM PONTO DE NÃO RETORNO: POR QUE É NECESSÁRIA UMA ECONOMIA DE FLORESTA EM PÉ?

Carlos Afonso Nobre

A Amazônia está próxima de um ponto de não retorno devido às mudanças climáticas, conversão de grandes áreas de floresta para agricultura e pastagens, degradação florestal causada por incêndios florestais, entre outros fatores. A região está 1°C mais aquecida em relação ao período anterior a 1980. Em 2020, o desmatamento atingiu 17% de toda a Pan-Amazônica, enquanto a degradação florestal atingiu cerca de 17% do bioma em 2017.

Uma observação preocupante é o aumento da duração da estação seca na Amazônia. A estação seca na região sul e leste da floresta está entre quatro e cinco semanas mais longa em comparação ao período anterior a 1980. Isso parece ser impulsionado pelas mudanças climáticas globais e perda de vegetação. O aumento da estação seca reduz a quantidade de chuva e torna os incêndios florestais mais frequentes, queimando a vegetação e emitindo particulados, monóxido e dióxido de carbono para a atmosfera.

Os cientistas estimaram que poderá ocorrer um colapso florestal em grande escala se a Amazônia ultrapassar esse ponto de não retorno. Isto significaria simultaneamente: Impedir os esforços para controlar as emissões de gases de efeito estufa; reduzir a produtividade agrícola e florestal dentro e fora Amazônia; Exacerbar os níveis de desigualdade humana; Reduzir a diversidade biológica e cultura; Impulsionar um ciclo vicioso de degradação ambiental e sociais. Para evitar isso, é necessário um modelo de desenvolvimento sustentável que valorize o uso sustentável da floresta, respeite os direitos dos povos Indígenas e comunidades locais e promova atividades econômicas compatíveis com a floresta saudável.

A economia de floresta em pé e rios fluindo na Amazônia é importante para as populações locais e para a humanidade de modo geral. A Amazônia desempenha um papel fundamental no equilíbrio do clima global. A floresta absorve e estoca carbono, o que significa que ajuda a reduzir a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera e o aumento da temperatura global. Além disso, a floresta em pé é importante para preservar a biodiversidade da região, visto que a Amazônia possui os ecossistemas mais ricos em espécies de todo o planeta.

Algumas opções econômicas de floresta em pé incluem a compensação financeira pela redução do desmatamento e degradação florestal, a produção de madeira nativa, a coleta de produtos florestais não-madeireiros, a pesca e piscicultura, a restauração florestal, o ecoturismo e o pagamento por serviços ambientais. Estas opções podem ajudar a reduzir a pressão sobre a floresta e a garantir sua conservação a longo prazo. Neste contexto, para uma

compreensão mais detalhada de cada uma dessas opções econômicas de floresta em pé, os próximos parágrafos abordarão sinteticamente cada uma delas, destacando suas características, benefícios e desafios.

Mecanismos que oferecem compensação financeira pela redução do desmatamento e degradação florestal são necessários na economia de floresta em pé. Por exemplo, o mecanismo internacional conhecido como REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) tem sido implantado na Amazônia, o qual é consistente com as decisões da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), incluindo o Acordo de Paris e as Salvaguardas de Cancún. Contudo, a falta de recursos financeiros, a pressão exercida pela extração seletiva de madeira e mineração ilegal e a falta de políticas públicas eficazes são alguns dos principais desafios enfrentados na região para tais mecanismos de forma eficaz.

A produção de madeira nativa obtida da recuperação de áreas degradadas tem se mostrado economicamente viável. O mercado de madeira plantada está crescendo rapidamente, seguindo a diminuição do suprimento de madeira de espécies nativas e a preferência do consumidor por produtos mais sustentáveis. O cultivo de espécies madeireiras em áreas de restauração pode impulsionar o mercado da madeira, um setor econômico relevante na região. Porém, a ilegalidade e as práticas predatórias predominam no setor madeireiro, prejudicando a produção legal e sustentável. Fomentar a inovação é crucial neste setor, que ainda é dominado por atividades pouco especializadas.

A coleta de produtos florestais não-madeireiros (PFNM) através do extrativismo sustentável e do manejo de sistema agroflorestais tem gerado cerca de R\$ 10 bilhões ao ano em toda a Amazônia. Frutos, sementes e raízes de espécies vegetais como açaí, cacau, castanha, cupuaçu e mandioca estão entre os principais produtos comercializados na região. Os principais desafios têm sido relacionados ao desmatamento e ao baixo valor comercial dos produtos primários. De fato, o desmatamento causado pelas atividades humanas está modificando a distribuição geográfica e a produtividade das plantas, enquanto que o baixo valor dos produtos primários desmotivam as atividades extrativistas e nos sistemas agroflorestais. Portanto, investir na eliminação do desmatamento e na agregação de valor são formas de aumentar a importância ambiental e econômica dos PFNM na Amazônia.

A pesca e piscicultura são atividades vitais para a segurança alimentar e economias locais na Amazônia rural, fornecendo proteína para populações locais e regionais. Os principais recursos pesqueiros incluem uma variedade de espécies, como curimatã, jaraqui, tambaqui, dourada, filhote, mapará, pacu, surubim, tucunaré e pirarucu. No entanto, a pesca predatória e a captura acidental representam uma das principais ameaças à biodiversidade aquática da região. Outra ameaça preocupante é a contaminação por metais pesados, como o mercúrio, proveniente da mineração ilegal. Essa contaminação é alarmante e afeta principalmente as comunidades Indígenas e ribeirinhas, que dependem da pesca como fonte de proteína.

A restauração florestal é essencial na Amazônia para recuperar as áreas que sofreram degradação ou desmatamento. Existem diversas técnicas que podem ser empregadas para a restauração florestal, como o plantio de mudas, a regeneração natural assistida e a agrofloresta. Entre essas técnicas, a restauração florestal com sistemas agroflorestais se destaca por ser economicamente viável. O investimento médio nessa técnica varia entre R\$ 20.000 e R\$ 40.000 por hectare, com taxas internas de retorno entre 10% e 111%, e retorno do investimento entre 2 e 13 anos. Apesar das vantagens econômicas, a restauração florestal ainda enfrenta um grande desafio: a mobilização de recursos financeiros. Isso representa um obstáculo significativo para restabelecer a cobertura florestal e a funcionalidade dos ecossistemas amazônicos.

A imensa sociobiodiversidade da Amazônia a coloca em posição privilegiada no contexto do ecoturismo. De fato, a natureza é considerada um fator decisivo para a escolha do destino pelos viajantes, tanto para o turismo doméstico quanto estrangeiro. No entanto, a Amazônia não está na lista de destinos mais visitados globalmente, indicando que o potencial da Amazônia é pouco explorado. Estudos indicam que os principais desafios para o turismo na Amazônia são conciliar a realidade do capitalismo comercial e das comunidades locais com suas formas tradicionais de subsistência e relações sociais, além de controlar o crescimento desordenado do turismo para evitar problemas para a natureza e as comunidades locais.

Por fim, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma transação voluntária em que um pagador fornece recursos financeiros ou outra forma de remuneração a um provedor de serviços ambientais. Os serviços ambientais promovem a manutenção, recuperação ou melhoria dos serviços ecossistêmicos, que são os benefícios que os ecossistemas oferecem à sociedade. O PSA enfrenta desafios, como a distribuição equitativa de benefícios e garantia de efeitos positivos eficazes e duradouros. É necessário abordar esses desafios de forma integrada e colaborativa para garantir que o PSA possa contribuir efetivamente para a economia de floresta em pé.

Portanto, a compensação financeira pela redução do desmatamento e degradação florestal, a produção de madeira nativa, a coleta de produtos florestais não-madeireiros, a pesca e piscicultura, a restauração florestal, o ecoturismo e o pagamento por serviços ambientais são todas estratégias importantes para fortalecer uma economia de floresta em pé na região. Estas medidas são essenciais para afastar a Amazônia do ponto de não retorno, sendo implementadas a longo prazo. Organizações públicas e privadas têm um papel fundamental a desempenhar no estabelecimento dessas atividades econômicas sustentáveis, trabalhando em parceria com os povos Indígenas e comunidades locais para garantir uma gestão responsável dos recursos naturais e territórios.